

Ulysses já admite convenção em julho

Josemar Gonçalves

Andrei Meireles

O deputado Ulysses Guimarães já está negociando a realização da Convenção Nacional do PMDB em julho para uma definição partidária sobre a duração do mandato do presidente José Sarney, em troca do arquivamento do requerimento do deputado Maurício Fruet que a convoca para os dias 27 e 28 de junho. Esse acordo foi proposto, ontem à noite, numa reunião das principais lideranças do partido na residência do ministro Raphael de Almeida Magalhães. Antes da reunião, o deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, advertiu que a convocação da Convenção à revelia do comando partidário só produzirá um resultado: "O racha do partido". Ele é um dos defensores do acordo em torno de julho, embora entre os setores alinhados a Ulysses haja os que preferiam a realização em agosto. Formalmente, a Executiva Nacional tratará do assunto na próxima semana.

Até o início da noite, o deputado Maurício Fruet, enquanto tabulava as adesões a seu requerimento que estavam chegando de vários estados do país, revelou que não tinha recebido qualquer proposta de negociação. Já o deputado Roberto Cardoso Alves, da ala conservadora do partido, é contra a negociação pois não admite a realização da Convenção. E ameaça: "Estou pensando em impugnar o requerimento de Fruet, pois os convencionais, que tiveram seus mandatos prorrogados, não representam mais a realidade do partido".

Roberto Cardoso Alves integra a Executiva Nacional, que foi escolhida pelo Diretório Nacional eleito pelos atuais convencionais. Ele mesmo reconhece que ao negar legitimidade à Convenção está atingindo também todo o comando do PMDB: "O partido não existe". E vai mais longe: "Nego também à própria Constituinte o direito de decidir sobre o mandato do presidente Sarney".

Já o deputado Euclides Scalco, alinhado ao líder Mário Covas, não tem qualquer dúvida: "A Convenção já está convocada pelo requerimento de Maurício Fruet e vai ser realizada. Quanto a isto, não tenho a menor dúvida". Scalco, que também integra a Executiva Nacional do PMDB, foi um dos convidados para a reunião na casa do ministro Renato Archer.

Maurício Fruet, informando que muitas assinaturas estavam sendo enviadas através dos Correios a Brasília, espera que até hoje eles já estejam em suas mãos, possibilitando a entrega do requerimento ao deputado Ulysses Guimarães. Ele deixa claro também que não vai negociar individualmente a transferência da data como quer a cúpula do partido.

Pernambuco quer eleição ainda em 87

Recife — Insatisfeita com a crise econômica, a população de Pernambuco está mais apressada que a própria esquerda do PMDB em relação ao mandato do presidente Sarney: 34,3 por cento das pessoas ouvidas em pesquisa realizada de 26 a 30 de maio em todo o Estado defenderam eleições diretas para Presidente ainda este ano. O mesmo percentual definiu-se por 15 de novembro e 1988 e só 8,5 por cento concordam com a idéia do Presidente ficar cinco anos no cargo.

A pesquisa foi realizada pelo Ipesp — (Instituto de Pesquisas Sociais e Políticas), mantido por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco. Dos entrevistados, 13,2 por cento, considerados pelos pesquisadores como os mais conservadores, acham que a eleição para Presidente só deve ser realizada em 1990, e 2,3 por cento deram outras respostas.

As pessoas entrevistadas — 600 — tinham acima de 18 anos, sendo 50 por cento do sexo masculino e 50 por cento do sexo feminino. O presidencialismo, outra pergunta da pesquisa, teve a aprovação de 22 por cento das pessoas ouvidas e o parlamentarismo de apenas 14,5 por cento.

Governadores da Amazônia apóiam 5 anos

Belém — Os governadores da Amazônia, reunidos ontem em Belém, voltaram a manifestar apoio político ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e à construção da Ferrovia Norte-Sul. Ao mesmo tempo em que faziam essa manifestação, os governadores recebiam a notícia transmitida por telefone pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, de que dentro de 10 dias o Presidente da República assinaria decreto liberando 4,5 bilhões de cruzados para serem aplicados a fundo perdido a critério dos governos dos estados e territórios da região amazônica.

Estiveram presentes à reunião os governadores do Pará, Hélio Guérios, do Amazonas, Amazonino Armando Mendes, de Goiás, Henrique Santillo, do Amapá, Jorge Nova da Costa, de Rondônia, Jerônimo Garcia de Santana, de Roraima, Getúlio Alberto de Souza Cruz. Os governadores do Maranhão, de Mato Grosso e do Acre estiveram representados por seus vices.



Presidente do PMDB (na foto com Maurício Fruet) recua no veto à Convenção

Governo impõe novos limites para viagens

As viagens para o exterior, dos funcionários da administração direta e das estatais, voltaram novamente a ser limitadas. Desta vez, foi o próprio presidente da República quem impôs as limitações. A partir de agora, estas viagens só serão autorizadas se forem consideradas "absolutamente essenciais" e, no caso dos cursos de aperfeiçoamento, congressos ou seminários, elas só poderão ser feitas "sem ônus ou com ônus limitado" para o Tesouro Nacional.

O memorando limitando as viagens para o exterior foi encaminhado ontem pelo presidente Sarney ao ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da presidência da República, para ser enviado a todos os ministérios e órgãos da administração indireta. Esta é a terceira tentativa do governo em restringir as viagens de seus funcionários para o exterior. Em setembro do ano passado, o então chefe do gabinete Civil, senador Marco Maciel, distribuiu memorando alertando contra as viagens desnecessárias. No seu discurso para os ministros, na reunião do dia dois de junho, o presidente da República voltou a apelar contra os gastos desnecessários. Apesar disso, informam assessores da presidência da República, as determinações não foram cumpridas. No setor de câmbio do Banco do Brasil, o ritmo da troca de dólares continua intenso. Desde julho do ano passado, quando o governo instituiu o depósito obrigatório para viagens ao exterior, o setor de câmbio viu duplicar o número de processos para os funcionários autorizados a viajar.

Um dos exemplos de que os apelos do presidente estão caindo no vazio pode ser encontrado no Diário Oficial do dia 13 de maio passado. Lá se encontra a autorização de viagem para o senhor Carlos Sant'Anna, diretor da Petrobrás, para se ausentar do país entre os dias 19 e 25 de maio passado, com destino a Nova Iorque. A finalidade da viagem, de acordo

Presidente ataca gastos supérfluos

O presidente Sarney decidiu partir para a ofensiva contra os gastos desnecessários. O memorando divulgado ontem não é mais um apelo, é uma determinação e vem complementar o telex enviado em 26 de maio passado, a todos os ministros de Estado. Naquele telex, o Presidente da República recomendava a todos os ministros de Estado a permanecerem na capital durante os dias úteis, limitando as viagens exclusivamente às necessidades de serviço e casos de urgência. Apesar disso, no primeiro fim de semana após a recomendação, apenas três ministros de Estado se encontravam em Brasília.

com o Diário Oficial era a seguinte: visita ao escritório da Petrobrás, contato com empresas americanas de petróleo (não especificados) e "participar da homenagem ao presidente da Petrobrás, Ozires Silva, oferecida pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos". A viagem foi autorizada pelo presidente da Petrobrás, com ônus para o Tesouro.

Pelo novo memorando, as viagens são consideradas essenciais quando: por motivo de serviço, que não possa ser executado por representações mantidas no exterior; para participação de reuniões de organismos internacionais de que o país faça parte; em virtude de compromissos de intercâmbio comercial ou cultural, decorrentes de atos internacionais firmados pelo governo brasileiro. No caso de cursos, seminários ou congressos, as viagens só poderão ser feitas sem ônus ou com ônus limitado, isto significa que os funcionários viajarão sem ajuda de custo. Eles, entretanto, recebem seus salários convertidos em dólares.

Sarney ressalta o "respaldo militar"

"Os militares do Brasil respaldam a democracia" — afirmou ontem o presidente José Sarney, durante uma entrevista à televisão espanhola, Canal Um, ao jornalista Carlos Esteves, que irá ao ar, a partir das 20h30 deste domingo, durante dez minutos. Na mesma entrevista, com quatro perguntas e mais uma saudação especial ao povo espanhol, a ser usada no programa "Bom Dia", da mesma TV, o presidente Sarney lembrou ainda que a democracia está ajudando o Brasil, Argentina e Uruguai a saírem da crise econômica em que se acham.

"Em trinta dias, o Brasil volta a negociar sua dívida externa com os banqueiros internacionais" — informa o presidente Sarney ao povo espanhol. Destaca também o aumento progressivo da balança comercial, que há cinco meses estava "praticamente a zero". O presidente Sarney prometeu um superávit na balança comercial brasileira em torno dos nove bilhões de dólares, no final do ano, recordando que "os mais otimistas dizem que será até de 10 bilhões", e voltando a dizer que não houve compreensão por parte dos nossos credores externos.

Na primeira resposta da entrevista, o presidente Sarney explica ao jornalista espanhol que a prioridade do Brasil, em termos de relacionamento internacional, é mesmo para a América Latina, onde pretende — disse — criar o mer-



Felipe Gonzalez chegará a Brasília na segunda-feira

cado comum, com Argentina e Uruguai.

A entrevista do presidente Sarney deve-se à chegada (dia 13, em Salvador) ao Brasil do primeiro-ministro da Espanha, Felipe Gonzalez, que passará por Brasília nos dias 15, 16 e 17, quando terá mais de um encontro de trabalho, no Palácio do Planalto.

"Ele é um símbolo da abertura espanhola, que aconteceu através do consenso e sem ruptura" — disse o presidente Sarney, na entrevista, a respeito do primeiro-ministro da Espanha, considerando esta visita como "muito importante e além das relações bilaterais".

Felipe Gonzalez chega a Brasília na segunda-feira, dia 15, às 11h10, na Base Aérea.

PFL envolve Newton e a contravenção

Belo Horizonte — "Vergonha na cara nós temos. O que não temos é medo de tornar pública nossa declaração de bens. Enquanto estamos preocupados com a austeridade administrativa, o governador preocupa-se com jogo do bicho, cassinos, jogos de azar e com o crescimento já considerável do seu patrimônio. Isto sim, é que é falta de vergonha na cara".

Com estas declarações, lidas da tribuna da Assembléia Legislativa pelo líder da bancada estadual do PFL, deputado Milton Salles, o PFL de Minas respondeu ontem às acusações que lhe foram feitas terça-feira pelo governador Newton Cardoso que, em declarações à imprensa, disse que se o partido tivesse "vergonha na cara", não ocuparia cargos do governo federal em Minas.

O PFL assinalou, na nota lida da tribuna, que "o governador Newton Cardoso se recusa em tornar pública sua declaração de bens, como se difícil e incômodo fosse justificar a existência do patrimônio construído em tão pouco tempo", e acrescentou:

"Enquanto existir a Aliança Democrática, e esperamos que não seja por muito tempo, não há nenhum demérito ou vergonha em participar do governo federal, a não ser o fato de estarmos aliados a um partido, o PMDB, enquanto possuamos em seus quadros políticos do tipo do sr. Newton Cardoso. Além do mais, extremamente lamentável é a quebra das tradições de hospitalidade de Minas, quando o governador do estado é indelicado com o ministro Antônio Carlos Magalhães, numa hora em que se dirige a Minas trazendo recursos vultosos para a área de telecomunicações".

Leônidas diz que vê saída para a crise

Sorocaba — O ministro do Exercício, general Leônidas Pires Gonçalves, não quis comentar com a imprensa, ontem, em Itu, a situação político-econômica do país, alegando que estava em "recesso". Mas, para um empresário que o abordou para manifestar a preocupação do empresário com o clima de indecisões reinante na economia, ele assegurou: "Vamos resolver essa situação. Com calma, vamos resolver tudo".

O ministro esteve ontem em Itu presidindo as comemorações pela passagem do Dia da Artilharia no 2º Gacap — Grupamento de Artilharia de Comando Auto-Propulsado, sediado naquela cidade, do qual já foi comandante. Recebido com honras militares e evitando contatos com a imprensa, negou-se a fazer qualquer comentário sobre o governo do presidente José Sarney, as queixas do empresário e dos políticos e a situação difícil em que vivem os brasileiros. As abordagens dos repórteres, respondeu: "Você é que está dizendo, eu não", acrescentando: "Hoje eu não digo nada. É dia de festa e estou de recesso".

Com Quêrcia Apesar disso, conversou memoradamente com o governador Orestes Quêrcia, que também participou das solenidades, na sala de comando do quartel de Itu. O governador também não quis comentar o teor de sua conversa com o ministro. Pôde ser ouvido, entretanto, um trecho do diálogo que o general Leônidas manteve com o empresário Elias Assun Sabag, diretor-presidente da Brinquedos Mimo S/A, que expôs as incertezas decorrentes da situação econômica e política do país. "Está difícil trabalhar assim", reclamou o empresário. "Nós vamos resolver a situação do país", prometeu o ministro. "Houve a euforia do Plano Cruzado, depois esse baque na economia, criando essa situação difícil que está aí. Mas, com calma, vamos resolver tudo", assegurou.

Sistema de Governo

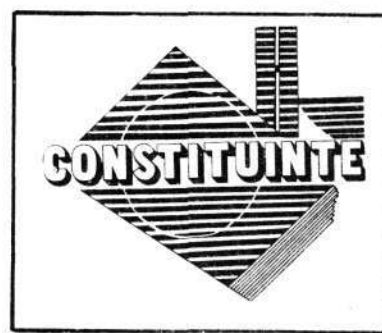
Comissão manterá mandato de 5 anos

A proposta de cinco anos de mandato para o presidente Sarney tem ampla maioria na Comissão de Sistema de governo, segundo avaliações de moderados e de progressistas do PMDB. O deputado Alcério Filho (PMDB-MA), pró-Sarney, calculava ontem em 15 votos a diferença a favor do seu grupo enquanto o deputado Jutahy Júnior (PMDB-BA) e o senador José Fogaça (PMDB-RS), defensores de um mandato de quatro anos, eram forçados a admitir que a única chance de aprovação da eleição presidencial em 1988 será em plenário diante das pressões da sociedade.

Por sua vez, o relator da Comissão, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) voltou, ontem, a garantir que não vai alterar a sua proposta de fixar o mandato do presidente em quatro anos. As principais modificações no substitutivo de Egidio são quanto aos mecanismos de indicação do primeiro-ministro no regime parlamentarista. Agora, caso a Câmara rejeite por duas vezes a designação do presidente da República, caberá a ele escolher, livremente, o nome de sua preferência para ocupar o cargo ficando como segunda opção a dissolução daquela Casa legislativa.

Mandato

No PMDB, com 34 membros na Comissão, há um equilíbrio de forças entre os defensores do mandato de quatro e os de cinco anos para o presidente, mas o grupo pró-Sarney passa a contar com uma votação tranquila quando se computam os votos do PFL, 14, do PDS, quatro, e do PTB, dois — que na sua maioria são contra a eleição em 1988. Alinhado com o grupo progressista o PT, PDT, PDC, PC do B e PL totalizando apenas sete votos. O deputado Jutahy Júnior observa que os constituintes favoráveis ao parlamen-



tarismo foram na sua maioria cooptados pelo grupo do líder do governo, deputado Carlos Santana (PMDB-BA), que teria feito um acordo em torno de cinco anos para Sarney em troca da aprovação do regime parlamentarista.

O relator da Comissão recebeu 1153 propostas de emendas ao seu substitutivo, mas deverá fazer poucas alterações no seu parecer. Ele adiantou que não vai mudar o dispositivo que prevê o voto de confiança tanto para ministros civis como para militares dado pelo Congresso. Egidio Ferreira Lima não acatou as emendas patrocinadas por Carlos Santana que cria o voto de confiança coletiva evitando individualizar o alvo das críticas dos parlamentares. A principal alteração a ser feita refere-se ao mecanismo de indicação do primeiro-ministro. Na proposta original, a Câmara seria dissolvida automaticamente depois de rejeitar por duas vezes a designação feita pelo presidente da República para preencher o cargo. Agora, o presidente poderá escolher livremente o primeiro-ministro, depois que sua indicação for derrotada por duas vezes, caso não deseje dissolver a Câmara.

Agenda: Egidio Ferreira Lima entrega hoje até meia-noite o parecer sobre as emendas ao seu substitutivo. Amanhã a Comissão começa a votar o substitutivo do relator com as emendas.

Constituinte perde cadeira

O mais jovem constituinte, deputado Expedito Júnior, do PMDB de Rondônia, não teve ânimo, ontem, para comemorar seu 24º aniversário. Terça-feira à noite, o Tribunal Superior Eleitoral anulou 501 votos que lhe foram conferidos no município de Rolim de Moura e em razão disso ele deixou de ser titular de uma das cinco cadeiras que o PMDB daquele estado detém na Câmara Federal, passando à condição de 1º suplente. Mesmo assim, Expedito Júnior continuará na Constituinte porque um dos titulares, deputado Chagas Neto, está ocupando uma Secretaria de Estado.

O TSE anulou os 501 votos

porque os eleitores escreveram apenas o nome "Júnior" nas cédulas e ele estava registrado no Tribunal Regional como Expedito Júnior. Outro candidato a deputado federal, do PDC, também é Júnior — Osvaldo Oliveira Júnior, que se inscreveu como "Osvaldo dos Periquitos", obtendo apenas 207 votos.

Com a decisão do TSE, o titular da quinta cadeira do PMDB rondoniense passa a ser o coronel da reserva Arnaldo Lopes Martins, autor do pedido de anulação dos votos de Expedito Júnior. Ainda que permaneça na Constituinte, Expedito tem agora um mandato inseguro.

Arraes teme coligação de Ulysses e Maciel

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, desconfia que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, esteja buscando uma aliança com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, com vistas à sucessão presidencial. Se isso for verdade, o deputado estaria complicando ainda mais a crise política. O porta-voz dessa preocupação é o vice-governador do Estado, Carlos Wilson, que a manifestou ao próprio Ulysses.

Carlos Wilson, como emissário de Arraes, conversou com o presidente do PMDB sobre as dificuldades financeiras que o governo de Pernambuco está enfrentando, a exemplo do que ocorre com a maioria dos Estados. Ele ponderou a Ulysses que a distribuição de cargos federais não resolve os problemas de Pernambuco, que reivindica investimentos no Estado. Ulysses anoutou essas reivindicações e prometeu encaminhá-las ao presidente José Sarney.

O vice-governador pernambucano, depois de circular pelo Congresso, disse ter observado que o presidente José Sarney terá

muitas dificuldades para fazer prevalecer a tese de cinco anos de mandato, pois os parlamentares começam a se sensibilizar com a manifestação da opinião pública em favor dos quatro anos.

— Pelo que conheço da casa, os parlamentares não vão querer contrariar a opinião pública, correndo o risco de nunca mais se elegerem — afirmou Carlos Wilson, citando o exemplo da mudança de posição de vários "malufistas", às vésperas da reunião do colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves presidente da República. Quem ficasse a favor de Maluf, lembrou o vice-governador, "era execrado até por funcionários do Congresso e o mesmo vai acontecer com os defensores de um mandato de cinco anos para Sarney".

Carlos Wilson revelou que, em recente conversa com Sarney, Arraes foi cobrado sobre sua posição em relação à duração do mandato e respondeu que a questão tornou-se secundária diante da crise. "Se o senhor não conseguir resolvê-la, não fica nem quatro anos", advertiu Arraes a Sarney, segundo informa Carlos Wilson.

Saturnino admite apoio à candidatura Brizola

Recife — O prefeito Saturnino Braga afirmou ontem, nesta capital, que vai permanecer no PDT, estando disposto inclusive a apoiar a candidatura do ex-governador Leonel Brizola à Presidência da República, considerando-a com amplas possibilidades de sair vencedora. "Como homem de partido eu apoio a candidatura de Brizola, embora continue mantendo em relação a ele uma postura crítica", disse Saturnino, ressaltando que não considera sua atitude prejudicial ao partido.

— Ao contrário, entendo que minha posição favorece a um aprofundamento em torno das questões fundamentais para o PDT — disse Saturnino Braga durante almoço com a cúpula do partido em Pernambuco, residência

do deputado estadual Sérgio Guerra.

Segundo um dos participantes da reunião, Saturnino Braga se disse convencido de que Brizola tem amplas condições de ganhar uma eleição presidencial que se realize hoje. Reconhecendo a força eleitoral do ex-governador, ele fez questão de acrescentar que considera necessária uma abertura que possibilite entendimento com outras forças políticas no país.

— Sozinhos nós podemos até ganhar a eleição, mas precisamos, de qualquer forma, ampliar nossos contatos com outras forças políticas, porque entendo só assim ser possível governar — acrescentou o prefeito do Rio de Janeiro, se dizendo confiante também do sucesso de uma candidatura pedetista nas próximas eleições municipais.